



MUNICÍPIO DE ARGANIL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Acta n.º 01

Sessão Ordinária
da
Assembleia Municipal
realizada
em

28 de Fevereiro de 2009

ACTA N.º1

----- Aos vinte e oito dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e nove, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu, pelas dez horas, a Assembleia Municipal de Arganil, sob a presidência da Senhora M^a Manuela Ferreira Leite, secretariada pelos Senhores Deputados António Carvalhais Costa e Mário Pereira Gonçalves na qualidade de 1º e 2º Secretário, respectivamente. -----

----- Seguidamente o 1º Secretário procedeu à chamada nominal tendo respondido os seguintes elementos: ---

SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS ELEITOS

----- Maria Manuela Dias Ferreira Leite, António Carvalhais Costa, Manuel Augusto Simões Rodrigues, Luís Filipe Soares Quaresma, Mário Pereira Gonçalves, Luís da Silva Moreira Gomes, António Jorge Martins Barata, Luís Miguel das Neves Campos Almeida, Eugénio Tavares Fróis, António Serra Correia, Isabel Maria de Jesus Carvalho, Fernanda Maria de Almeida Figueiredo Dias, Nuno Gonçalo da Mata Nunes, Maria da Graça Moniz da Silva Ferreira, Maria Natália N. Novais Brandão F. Vitorino e Sérgio Francisco. -----

SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS COM ASSENTO

----- Paulo Jorge Marques Amaral, Fernando Alves Pereira Afonso, Rogério da Costa Leal, Alfredo Oliveira Gonçalves Martins, António Dimas Folosa, Adelino Antunes de Almeida, João Manuel Rodrigues de Oliveira, Manuel Alberto Saraiva Ribeiro, José da Conceição Lopes, Maria da Graça dos P. Ferreira Simões, Rui Miguel Almeida Franco, Fernando Ferreira Simões, António Souto de Carvalho, Diamantino Marques Pereira e Alfredo Lourenço. -----

----- Também estavam presentes os Senhor Presidente da Câmara, Ricardo Pereira Alves e os senhores Vereadores: Avelino Pedroso, Luís Paulo Costa, António Cardoso e Fernando Castanheira. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1- Leitura do expediente -----

----- O 1º Secretário leu os pedidos de justificação de falta de Erica Geraldês Castanheira, Maria Armada Miranda, Rui Martins Portugal, Ricardo Castanheira, Etelvina Nunes dos Santos, Manuel Dinis Pinheiro e José António Gomes Costa, fazendo-se representar pelo Sr. Diamantino Marques Pereira e que fazem parte integrante desta acta. -----

----- Não havendo nada de relevante na correspondência que deu entrada até à presente data, e antes de entrar no período da Ordem do Dia, deu-se a palavra ao Município Vítor Quaresma. -----

----- Foi dada a palavra ao munícipe **Victor Quaresma**, que começou por referir, ter sido já esclarecido pelo Sr. Presidente da Câmara quanto ao primeiro ponto, havendo no entanto outros pontos que queria apresentar, sendo um referente à passadeira que dá acesso à Casa da Criança. -----

----- Referiu então, que esta passadeira deveria ser levantada, para cortar a velocidade em que passam as viaturas, pois actualmente a passadeira não se vê, estando sinalizada apenas de um lado. -----

----- No último ponto, referiu ser proprietário do Videoclube, tendo feito um grande investimento, proporcionando à vila um serviço que muitas cidades ainda não têm. Ouviu, que a Biblioteca Municipal iria passar a alugar filmes aos sócios da Biblioteca, o que seria desleal. -----

----- **2 - Assuntos de Interesse para o Município.** -----

----- Foi dada a palavra ao **Sr. Deputado Municipal Nuno Mata**, que após cumprimentar todos os presentes, referiu trazer ao executivo dois assuntos, sendo o primeiro referente ao relatório de actividades, onde aparece constantemente atendimento a possíveis investidores nas zonas industriais. -----

----- Referiu então, que já na última Assembleia Municipal tinha solicitado e como novamente na acta da última Assembleia esta questão de indústria foi colocada, perguntava ao executivo se está em condições de poder fornecer elementos no concreto, referentes a este assunto. -----

----- No segundo assunto, referente à situação da Imprensa Regional, referiu que por diversas vezes foi aqui falado na Assembleia Municipal e gostaria então de deixar o pedido ao executivo, que dada a situação da empresa e na eventualidade da empresa poder vir a desaparecer, que a Câmara Municipal pudesse adquirir o Espólio da Comarca de Arganil. -----

----- Conclui, referindo que gostaria de deixar essa sensibilidade ao executivo, nessa possibilidade, ou a título individual ou em parceria com outras autarquias, dado o âmbito da Comarca de Arganil e preservar dessa forma um elemento histórico, absolutamente fundamental na Beira Serra. -----

----- O **Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Arganil, Sr. Fernando Afonso**, interveio e após cumprimentar todos os presentes, referiu, ter sido abordado por vários jovens no âmbito do desporto, perguntando então ao executivo, qual o ponto da situação em relação à candidatura do relvado sintético no Campo de Futebol Dr. Eduardo Ralha em Arganil. -----

----- Interveio o **Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Sarzedo, Sr. Fernando Simões**, que depois de cumprimentar todos os presentes, referiu-se aos POC's em que todas as Freguesias que se têm candidatado ao Centro de Emprego têm que pagar 20%. -----

----- Referiu ainda, que o seguro custa 210,43 €, mais o subsídio de alimentação, mais os km e agora mais os 20% do ordenado a que cada um tem direito, não estar isto previsto nos orçamentos das Freguesias. -----

----- Terminou, deixando um alerta para esta preocupação, referindo ainda que é preferível fazer-se um contrato com um funcionário do que ir ao Centro de Emprego requisitar alguém através dos POC's, pois acaba por ficar mais caro e têm responsabilidades acrescidas que não estavam previstas nos orçamentos. -----

----- Interveio o **Sr. Deputado Municipal Sérgio Francisco**, que após cumprimentar todos os presentes, referiu-se ao projecto de alterações da remodelação do Centro Recreativo de Pardieiros, lendo o documento anexo a esta acta. -----

----- Interveio o **Sr. Deputado Municipal João Oliveira, Presidente da Junta Freguesia de Coja**, reforçando o problema apresentado pelo Sr. Presidente da Junta do Sarzedo, no facto de se pagar 20% sobre os POC's, o que cria um problema para a Junta, sendo preferível contratar do que utilizar os POC's. -----

----- Continuou, referindo que o problema principal que se cria, é um problema social. Estamos numa crise económica, o problema existe realmente, mas a seguir vem uma outra, que já começou e é muito mais complicada, que é a crise social, o pior que pode existir onde quer que seja, as pessoas estarem sem trabalho.----

----- Referiu com preocupação, o problema económico de Coja, onde há muitos anos a sua economia é um bocado à base da indústria. Coja tem quatro fábricas que ocupa 80% da população, vivendo assim com um estatuto acima do que é habitual nos meios rurais. -----

----- Continuou, referindo que essas quatro fábricas estão na contingência de fechar, perguntando então, o que vai ser de Coja com quatro fábricas fechadas, se isto vier a acontecer. -----

----- Realçou, que as quatro indústrias estão todas ligadas ao barro ou às madeiras e que têm uma ligação muito forte com a construção civil e todos sabem qual a situação da construção civil.-----

----- Referiu, que até ao mês de Agosto estavam a produzir e a vender tudo o que produziam na serração e de repente a seguir ao mês de Agosto houve uma queda quase total. Têm andado a resolver o problema, à procura por todo o lado para aguentar a produção, mas ninguém garante que não pare por completo, não podendo estar a produzir para a prateleira. -----

----- Continuou, dizendo " *é uma situação que considero que deve ser meditada, há que meditar e analisar sobre isto, porque passando das indústrias para os construtores civis está tudo de tanga a nível nacional, uma parte deles não paga os seus impostos e Segurança Social e quando isto está mal o comércio sente-se logo.*" ----

----- Terminou, referindo que como se está a discutir os assuntos na Assembleia Nacional, também nós aqui na Assembleia Municipal nos devemos preocupar com isto. -----

----- Referiu estar de acordo com as posições a nível nacional tomadas pela Sr.^a Dr.^a Manuela Ferreira Leite, em relação aos grandes investimentos, que em vez de grandes, devem-se ir procurar as pequenas obras que facilitem a vida dos pequenos proprietários. Julga que aqui em Arganil também há que meditar sobre isso, estão programados alguns grandes investimentos e não sabe se será a altura própria também para os fazer ou alterar as posições em relação a isso.-----

----- Conclui, dizendo " *nesta matéria, ninguém melhor que a Sr.^a Dr.^a Manuela Ferreira Leite pode dar a sua achega.* " -----

----- A Sr.^a Presidente deu a palavra ao **Sr. Deputado Luis Quaresma**, que após cumprimentar todos os presentes, referiu a sua intervenção prender-se com 3 assuntos, sendo o primeiro em questionar o Sr. Presidente do executivo quanto à actual situação da comparticipação do Estado, relativamente ao contrato programa que foi celebrado com o Estado, referente às acessibilidades ao Piódão.

----- Salientou, que na última ou penúltima Assembleia Municipal, tinha sido dito que havia um grande atraso na comparticipação do Estado relativamente às obrigações que tinham sido assumidas, o que tem causado à própria Câmara e à Freguesia bastantes problemas, uma vez que sem dinheiro é difícil fazer as obras.-----

----- No seu segundo ponto, referiu a intervenção do Sr. Deputado Eng^o João Oliveira, referindo que realmente também nos fica bem a nós Assembleia Municipal debater os problemas locais, porque nos nacionais não teremos muito a fazer. -----

----- Continuou, dizendo que " *nos problemas locais temos uma palavra a dizer e devemos trazer aqui de alguma forma aquilo que se passa na rua e o sentimento das pessoas e dos empresários*".-----

----- Referiu, que todos os sectores ligados à construção civil, como serralharias e armazéns de construção, estão todos a atravessar uma grave crise no nosso concelho, com despedimentos, reduções substanciais de postos de trabalho, contratos que não são renovados, levando mais de meia dúzia de empresários locais que tiveram que se deslocar para Angola e Luxemburgo para assim poderem continuar a desenvolver a sua actividade. -----

----- Salientou, que na verdade, o mercado local da construção civil caiu drasticamente e é preciso que todos nós possamos reflectir sobre isto. -----

----- Nesta perspectiva, referiu que a Câmara Municipal poderá dar alguma ajuda, pois poderá eventualmente nas pequenas obras, a que essas empresas sediadas no concelho, possam desenvolver algumas actividades, em vez de ser a Câmara a desenvolver pequenas obras, poder assim de alguma forma concretizá-las com estas empresas locais. -----

----- Continuou, referindo que Portugal é um país muito bom a reproduzir a legislação europeia, em tudo o que sejam regras de eficiência energética e da boa prática da construção civil, pois em Portugal mal saiam directivas comunitárias somos óptimos em as transpor para o nosso regulamento.-----

----- Salientou, que se devia ponderar muitas vezes se as coisas podem ser feitas de forma tão ligeira, porque todas estas regras vieram fazer com que uma moradia ou apartamento, em média, o preço dele suba em termos de custos directos, cerca de 10 mil euros e é preciso saber se a população tem dinheiro para isso. -----

----- Referiu ainda, que estas medidas muitas vezes, não são devidamente acauteladas por quem devia estudar estas matérias em pormenor e em toda a sua dimensão. -----

----- Salientou, que é escandaloso o preço que actualmente os bancos cobram pelo juro. Referiu, a diferença de juros num depósito a prazo por dois ou três anos e o que é cobrado pelo empréstimo de dinheiro para comprar uma casa. Isto ser de uma imoralidade ao ouvir-se que a banca tem problemas, a banca não tem problemas, apenas deixou de ganhar o que ganhava, pois como todos vimos, os resultados dos maiores bancos nacionais apresentaram milhões e milhões de euros de lucros

----- Terminou, referindo que parece que anda o país inteiro a trabalhar para um sector, que é um sector importante, mas, é um sector que não é ele próprio que gere a riqueza, devendo estar sim ao serviço da economia, das populações e do país. -----

----- Conclui, referindo-se ao terceiro e último ponto, referente à Moção relativa à transferência da Direcção Regional de Economia do Centro de Coimbra para Aveiro, Moção essa que a bancada do PSD vai apresentar à Mesa. -----

----- Interveio o **Sr. Deputado Luís Almeida**, que após cumprimentar todos os presentes, leu a Moção, a qual se encontra anexa a esta acta. -----

----- O **Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho da Cortiça, Sr. Rui Miguel Almeida Franco**, interveio e depois de cumprimentar todos os presentes abordou um assunto, referente a uma dupla cobrança que está errada e é perfeitamente injusta, relativamente aos comércios que têm painéis publicitários afixados ao longo da EN 17. -----

----- Referiu então, que os comerciantes estão a pagar duas taxas referentes à mesma situação, uma para as Estradas de Portugal e outra para o Município de Arganil, o que leva a que as pessoas estejam muito revoltadas, porque não compreendem esta dupla cobrança. -----

----- Continuou, referindo que a Lei não engana, sabe perfeitamente que a taxa deve ser cobrada pela instalação, neste caso cobrada pelas Estradas de Portugal e não pela sua manutenção no local. A taxa de manutenção no local que é aquela taxa certa anual, deve ser cobrada só pela Câmara Municipal. -----

----- Saliou, que deve ser feita uma defesa e uma exposição. Ele próprio já fez uma exposição ao Sr. Director de Estradas do Distrito de Coimbra, onde acusa, pois é um facto que tem conhecimento e provas, em como essa taxa não é aplicada a todos os comerciantes que confinam com a EN 17. -----

----- Seguidamente foi dada a palavra ao **Sr. Deputado Eugénio Fróis**, que após cumprimentar todos os presentes, fez um comentário referente à Moção apresentada pela bancada do PSD e dizer nomeadamente que como Conimbricense fica sempre apreensivo com a saída de serviços de Coimbra, mas por outro lado, refere que como um dos temas da Mesa é a regionalização, refere que devemos ter uma perspectiva abrangente e alguma flexibilidade e cedência. -----

----- Referiu que a nível distrital, tem presente que há um ataque sistemático à saída das Direcções Regionais de Coimbra e por outro lado, há um esquecimento recorrente de serviços que vieram para Coimbra, nomeadamente na Direcção Geral da ASAE, a Direcção da Fileira Florestal, o Instituto de Hidrografia e a Direcção Regional de Estradas. -----

----- Continuou, dizendo *"são estes alguns exemplos de serviços que vieram para Coimbra e são sistematicamente ignorados, posto esta questão, eu penso que tem que ser vista com algum cuidado e devemos ser efectivamente abrangentes na nossa análise."* -----

----- Terminou, referindo que naturalmente não irá votar favoravelmente à Moção, porque, pensa haver aqui um aproveitamento notório político, de uma situação que não deve ser aproveitada pelos motivos que tentou explicar. -----

----- Interveio de novo o **Sr. Deputado Municipal Luis Quaresma**, relativamente à intervenção do colega de Assembleia Eugénio Fróis, referindo que tudo é uma questão política, mas neste caso não é só uma questão política, mas sim questões de gestão de fundos públicos, em se saber o que se vai fazer ao edifício que é do Estado, que está pago e vai ficar devoluto. -----

----- Continuou, referindo que com a mudança para novas instalações, vão ser gastos 500 mil euros ou um arrendamento mensal de 15 mil euros, além de serem 70 funcionários, 70 famílias que estão sediadas em Coimbra e que diariamente vão ter de se deslocar para Aveiro.-----

----- Salientou, que são situações sociais e económicas que não percebem em que é que o País ou a Região Centro vai ganhar com tudo isto, apenas entendem que é desbaratar mais uma vez de fundos públicos , porque os impostos não podem ser gastos desta maneira.-----

----- Conclui dizendo "*os recursos são tão escassos, que tem que haver critério e o critério tem que ser da racionalidade e do bom investimento e este na nossa perspectiva é um mau investimento, é apenas uma deslocalização, sem qualquer critério de eficácia.*"-----

----- Interveio mais uma vez o **Sr. Deputado Municipal Eugénio Fróis**, referindo que compreende e como disse, ficaria contente se cada vez viessem mais coisas para Coimbra, no entanto, tem que haver uma perspectiva flexível e ver que se pretendemos de facto descentralização, temos que também ceder alguma coisa. Foi isso que tentou dizer dando alguns exemplos.-----

----- O **Sr. Deputado Municipal Luis Quaresma**, interveio de novo, para dizer "*que se esta Direcção Regional estivesse em Aveiro, por a mesma ordem de ideias e o mesmo raciocínio utilizado, nunca defenderíamos que ela viesse para Coimbra, portanto não é uma questão de regionalismo bacoco, é uma questão de eficácia de gerir a forma mais correcta na nossa perspectiva o dinheiro público*".-----

----- Interveio a **Sr.ª Deputada Graça Moniz**, que após cumprimentar todos os presentes, referiu-se às obras de requalificação previstas na Escola Básica 1º Ciclo de Arganil, que obriga a que as crianças se desloquem para a Escola Básica 2.3.-----

----- Na sequência de informar os encarregados de educação, questionou o Sr. Presidente da Câmara, da previsão do inicio dessas obras e o tempo previsto que elas vão demorar.-----

----- O **Sr. Presidente da Câmara**, depois de cumprimentar todos os presentes, passou a responder ao munícipe Vítor Quaresma, referindo que de facto existe uma lacuna que procuram ultrapassar rapidamente em termos de sinalização, relativamente à passadeira junto à Casa da Criança, foi efectuado recentemente um reavivar das passadeiras, de forma a melhorar a segurança daquela zona.-----

----- Relativamente à questão colocada sobre a Biblioteca Municipal Miguel Torga, informou, que a sua função é o livro e a promoção da leitura e é isso que a Biblioteca continuará a fazer e onde se deve concentrar, portanto ser falso, que exista a intenção de promover o aluguer de filmes.-----

----- Referindo-se às questões colocadas no periodo antes da ordem do dia, designadamente pelo Sr. Deputado Nuno Mata, sobre as intenções de investimento dos pedidos de espaço em Zonas Industriais, referiu ter essa listagem, faltando apenas fazer alguma triagem de alguns pedidos já antigos, tendo então todo o gosto de entregar essa listagem na próxima Assembleia.-----

----- Relativamente à Imprensa Regional e designadamente à questão do Espólio da Comarca de Arganil, informou ter havido já uma reunião com o Sr. Director da Comarca, no sentido de se encontrar uma solução para que esse Espólio possa permanecer, havendo um total empenho da parte da Câmara Municipal, para que esse Espólio esteja absolutamente garantido, independentemente da situação da empresa.-----

----- Quanto à questão colocada pelo Sr. Presidente da Junta de Arganil, sobre as obras relativas ao sintético no Campo de Futebol Dr. Eduardo Ralha, informou, estar previsto durante o mês de Março o início dessa empreitada, que surge na sequência da aprovação da candidatura do 1º relvado no programa operacional de valorização do território. -----

----- Associou-se à preocupação apresentada pelo Sr. Presidente da Junta do Sarzedo, relativamente à questão dos Programas Ocupacionais. -----

----- Referiu, que as Autarquias têm também limitações em termos orçamentais e com a sobrecarga de 20% do pagamento dos Programa Ocupacionais, leva de facto a que se façam novas contratações, o que num momento de crise, em que é necessário tomar medidas no sentido de evitar o aumento do desemprego e naturalmente privilegiar a ocupação daquelas pessoas que naquele momento não têm emprego, ser uma medida de contra ciclo e ao arrepio daquilo que é a crise económica em que vivemos. -----

----- Relativamente à questão colocada pelo Sr. Deputado Sérgio Francisco, referiu haver o maior apreço pelo trabalho que é desenvolvido pelo movimento regionalista e claro, pelas Comissões de Melhoramentos. -----

----- Informou, que no entanto a Câmara Municipal tem que se orientar por princípios de prioridades, fazendo o seu planeamento, estando em 1º lugar e em todas as circunstâncias, o desenvolvimento dos projectos próprios da Câmara Municipal e das candidaturas que fazem aos fundos comunitários. -----

----- Salientou, não estar em causa o funcionamento do Centro de Convívio da Comissão de Melhoramentos dos Pardieiros. -----

----- Referiu ainda, que relativamente às reuniões que tinham sido referenciadas e onde o Sr. Sérgio Francisco não esteve presente em algumas delas, numa das reuniões foi questionado à Direcção da Comissão de Melhoramentos, se tinha condições financeiras para fazer as alterações que são necessárias, nomeadamente que aquele espaço funcione como um restaurante, ao que responderam que de momento não era possível e portanto não avançou o projecto para a componente de restaurante. -----

----- Informou, que de qualquer forma há a disponibilidade da Câmara Municipal, no tempo em que o poder fazer, de tentar encontrar uma solução que permita a viabilização daquilo que são as expectativas da Comissão de Melhoramentos dos Pardieiros. -----

----- Relativamente à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Coja, sobre a questão da crise, referiu estar a Câmara Municipal a trabalhar para reunir uma série de indicadores actualizados sobre aquilo que é a situação social do concelho, de forma a se tomarem medidas que ajudem a minimizar esta crise. -----

----- Continuou, dizendo que " *naturalmente o concelho de Arganil não é um oásis, assim como também não é uma caso isolado e portanto aquilo que eu entendo e que é a minha convicção, é de que a situação do País a alteração da situação do País, passa por novas mediadas e por novas políticas de apoio ao emprego e apoio à área social e que tem que ser naturalmente preconizadas pelo Governo.*" -----

----- Quanto à questão das empresas, referiu que o que tem sido a política da Câmara Municipal, onde ainda mais neste momento concentram os investimentos, vai no sentido de gerar condições de outra actividade no concelho, para fomentar a criação de emprego e a atracção de novas empresas. -----

----- Saliou, que neste período de crise, foram criadas duas novas empresas na Zona Industrial da Relvinha, estando também prevista a ampliação da Zona Industrial de Coja, por forma a responder a muitos pedidos que têm surgido no sentido da instalação de empresas. -----

----- Relativamente à questão dos investimentos públicos, referiu que os investimentos públicos que não comprometem o futuro, devem ser realizados e aqueles que comprometem o futuro, não devem ser realizados. Portanto, no caso do Município de Arganil, existem compromissos assumidos com os arganilenses que se têm cumprido, são investimentos públicos que não comprometem o futuro, havendo financiamentos garantidos em termos comunitários. -----

----- Referiu ainda, achar exagerada a comparação entre os investimentos públicos que se fazem em Arganil e aqueles que se fazem no País. -----

----- Relativamente à questão colocada pelo Sr. Deputado Luís Quaresma, sobre a comparticipação dos contratos programa, referiu que foram feitas dezenas de diligências junto da Direcção Geral das Autarquias Locais e da Secretaria de Estado da Administração Local, foi assinado um contrato programa com a Câmara Municipal no sentido de se fazer alguns investimentos na freguesia do Piódão, designadamente as acessibilidades, as obras estão em curso, e até hoje o Município de Arganil ainda não recebeu 1 cêntimo para financiar aquelas obras. -----

----- Saliou, que esta situação, causa naturais constrangimentos de tesouraria na Câmara Municipal. Reiterou, que o Governo não cumpriu ainda aquilo que são as suas obrigações, relativamente a esta matéria. -----

----- Quanto à questão da Direcção Regional da Economia do Centro, referiu não ser verdade que tenham surgido serviços novos em Coimbra, designadamente dois exemplos referidos pelo Sr. Deputado Eugénio Fróis, nomeadamente a Direcção de Estradas e a Direcção da ASAE. -----

----- Referiu então, que a ASAE já existia nas actividades económicas em Coimbra, havendo sim apenas a mudança de nome, portanto não ser um serviço novo. Quanto à Direcção de Estradas, nunca saiu de Coimbra. -----

----- Continuou, referindo que neste período de Governo Socialista, deixaram Coimbra as Direcções Regional do Instituto do Desporto de Portugal, a Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral, do Instituto Português da Juventude e do Turismo de Portugal. -----

----- Saliou, que o que é importante aqui colocar, é os interesses da Região acima de qualquer interesse de natureza partidária. Há uma verdadeira intenção do Governo de esvaziar Coimbra da sua capitalidade e da sua proeminência na Região Centro, parecendo isso gravoso do ponto de vista político, e não reforçando naturalmente a coesão Regional. -----

----- Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Rui Franco sobre as taxas de publicidade, referiu que esta questão já foi colocada às Estradas de Portugal, porque de facto existe aqui uma situação injusta. -----

----- Quanto à questão referida, de esta tributação existir na freguesia de S. Martinho da Cortiça e não existir noutros pontos confinantes com a Estrada da Beira, referiu ser uma questão importante e que eventualmente é merecedora e deve ser feita uma exposição ao Sr. Provedor da Justiça. -----

----- Referindo-se ao Sr. Deputado Eugénio Fróis e á questão apresentada na última Assembleia Municipal, sobre os esgotos da Malhada Chã, com uma situação que tinha presenciado, referiu que indagou junto dos serviços técnicos do município e de facto essa situação aconteceu e resultou de uma avaria na Etar da Malhada

Chã, que não permitiu que a situação pudesse ter sido outra se não aquela que aconteceu e que de facto lamenta.-----

----- Quanto à questão colocada pela Sr.^a Deputada Graça Moniz, relativamente à remodelação da EB1 de Arganil, referiu que tinham o compromisso de lançar no 1º trimestre o concurso para esta remodelação, esse concurso vai ser lançado no mês de Março e portanto as obras terão início entre a 2ª quinzena de Maio e a 1ª quinzena de Junho. -----

----- O **Sr. Deputado Municipal Manuel Augusto**, cumprimentou todos os presentes para depois perguntar, em sequência da resposta do Sr. Presidente ao Sr. Deputado Rui Franco, sobre o que se passa com as Estradas de Portugal ser relativo apenas a S. Martinho da Cortiça, se isso efectivamente é verdade ou se a legislação é igual para todo o País, porque de facto é muito grave afirmar-se que havia uma situação de injustiça em relação à situação de S. Martinho da Cortiça.-----

----- Relativamente à resposta dada à Sr.^a Deputada Graça Moniz, referiu se não seria lógico que essas obras efectivamente fossem feitas depois de as aulas acabarem, durante o período interregno, pois assim não há necessidade de andar a mudar. -----

----- Perguntou ainda, se o antecipar das obras, não resulta do facto de estarmos em pleno ano eleitoral e trazer vantagem para isso.-----

----- Interveio o **Sr. Deputado Municipal Eugénio Fróis**, referindo gostar de debater os problemas dos arganilenses na Assembleia Municipal, não lhe agradando muito estas variações relativamente à política nacional.

----- Referiu então, que voltando a Coimbra e à capitalidade de Coimbra, o Sr. Primeiro Ministro, disse publicamente que lhe parecia que as 5 regiões era um número com o qual concordava e que Coimbra na perspectiva dele, tinha todas as condições e o seu apoio para vir a ser efectivamente uma capital de uma região. -

----- Concluiu, referindo que logo não faz sentido nenhum, nem político que esta discussão aconteça, quando há uma posição clara da defesa do essencial para Coimbra que é efectivamente esta questão da sua possibilidade real como todos nós desejamos de vir a ser uma capital neste contexto. -----

----- O **Sr. Deputado Municipal Sérgio Francisco** interveio, referindo a sua perplexidade relativa à resposta do Sr. Presidente sobre o assunto do Centro Recreativo de Pardieiros. Interrogou então o executivo, se a Câmara faz ou não o projecto de alterações, pois caso não faça, terá de contratar outra pessoa, porque nesta situação o Centro Recreativo irá fechar, o que levará os credores moverem uma acção contra a Comissão de Melhoramentos.

----- Interveio de novo o **Sr. Deputado Municipal João Oliveira, Presidente da Junta Freguesia de Coja**, referindo que o problema da crise é um problema para meditação. Não ver como o Sr. Presidente da Câmara, a diferença em relação à crise nacional, pois ela existe e todos nós temos que dar uma ajuda para que as coisas corram o melhor possível, desde as Autarquias até ao Governo. -----

----- Foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, que referiu ao Sr. Deputado Manuel Augusto sobre as taxas de S. Martinho da Cortiça, não ter registo de nenhuma reclamação que não seja de S. Martinho, portanto, a existir uma eventual cobrança de taxas pelas Estradas de Portugal em S. Martinho da Cortiça e não exista noutros pontos confinantes, ser importante fazer uma exposição ao Provedor de Justiça. -----

----- Quanto à remodelação da EB1 de Arganil, referiu ser uma remodelação que leva muito mais tempo que dois ou três meses, portanto ser necessário a existência de instalações provisórias para as crianças durante esse período. -----

----- Continuou, referindo terem o planeamento previsto desta intervenção durante o 1º semestre de 2009, portanto não ter nada a ver com o período eleitoral, porque de facto não se guiam por esse período. -----

----- Interveio o **Sr. Deputado Manuel Augusto**, questionando a Sr.^a Presidente, se acha correcto que por um mês a mais de aulas, se vá fazer toda essa mudança, com todas as implicações que isso acarreta, havendo pais e encarregados de educação que estão manifestamente contrários a isso. -----

----- O **Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho da Cortiça, Sr. Rui Miguel Almeida Franco**, interveio de novo para esclarecer o Sr. Deputado Manuel Augusto, que desde que começaram as obras de recuperação da EN 17 é que o Instituto de Estradas começou a cobrar esta taxa, portanto de 2006. -----

----- Continuou, dizendo que " *fiz também referência à errada interpretação da lei, por parte da Estradas de Portugal, porque as Estradas de Portugal no meu entender e ao ler o português que lá está, podem cobrar taxa pela instalação do painel e não pela sua permanência. Essa permanência, essa taxa deve ser paga ao Município, até porque acaba por ser o Município e as Juntas de Freguesia que fazem a manutenção desse espaço público ao longo de todo o ano, portanto essa taxa também serve para isso*". -----

----- Disse ainda " *isto é um facto, e o desafio é este, uma exposição ao Sr. Provedor de Justiça, porque vai ser descoberto muito coisa sobre esta injustiça que acontece*". -----

----- Interveio de novo o **Sr. Deputado Manuel Augusto**, referindo que o que questionou apenas se refere à resposta dada pelo Sr. Presidente. Que se é uma lei nacional, é para todo o país e não especificamente para a freguesia de S. Martinho da Cortiça. -----

----- Interveio a **Sr.^a Presidente**, referindo que embora não seja seu costume, ir fazer alguma meditação sobre algumas questões que foram levantadas, nomeadamente pelo Sr. Deputado João Oliveira. -----

----- Referiu então, que não tem dúvidas que todos nós vamos ser chamados a uma responsabilização sobre a situação que o País vai enfrentar, ou já está a enfrentar. Mas também não tem dúvidas que o Executivo é suficientemente responsável, pois também ele próprio está consciente dessas questões. -----

----- Continuou, referindo que a respeito de ter sido aprovado nesta Assembleia o Plano de Investimentos e por qualquer motivo houvesse alguns aspectos que tivessem de ser adiados ou suspensos, concerteza que responsabilmente não deixariam de o fazer. -----

----- No entanto, há um ponto, que considera que daqui a duas a três Assembleias fosse aconselhável que pudéssemos fazer alguma meditação sobre essa matéria. Isto porque vamos entrar em campanha eleitoral e provavelmente as questões que se vão pôr durante a campanha eleitoral, são razoavelmente diversas daquelas que se têm posto em anos anteriores, admitindo seriamente que as questões sociais, sejam aquelas que vão estar na ordem do dia e essas questões, concerteza que não podem deixar de ter como centro da preocupação, de todos aqueles que são responsáveis por decisões públicas. -----

----- Referiu, estar de acordo com o que disse o Sr. Presidente da Câmara, no sentido de que há dois ou três pontos, onde deveríamos ser verdadeiramente rígidos, sendo um a questão do endividamento, pois não nos podemos endividar mais, não podemos onerar o futuro com quaisquer espécie de encargos.-----

----- Referiu ainda, que não deixaria de ligar esta questão à questão que aqui foi levantada das obras em relação às escolas.-----

----- Pediu desculpa ao Sr. Deputado Manuel Augusto, em estar em desacordo, sobre a questão de antecipação ou não antecipação das obras nas escolas. Referiu, fazer parte do programa do governo (actualmente uma decisão do governo, tomada perante a crise) um plano de recuperação na rede de escolas.-----

----- Continuou, dizendo " *sendo eu uma pessoa que tenho estado absolutamente contra os grandes investimentos públicos, grandes obras, estou totalmente de acordo com os pequenos investimentos públicos, com aquilo que é disseminado, pelo país e portanto esta recuperação de escola se insere dentro dessa ideia de um pequeno investimento público disseminado pelo País, por via da qual se poderá de alguma forma animar um pouco a economia, na medida das possibilidades, não há que adiar nada*".-----

----- Referiu, achar que não devemos ver a ideia de algum incómodo que causa às pessoas, mas sim de um benefício que isso indirectamente possa ter e é pena que por todo o País, não estejam disseminadas muitas pequenas obras, desde escolas a hospitais, recuperação do património e coisas desse estilo, que são pequenas coisas que podem ter muitos efeitos, especialmente na questão do emprego.-----

----- Terminou esta questão, referindo que tudo o que seja adiar, diria que não, que já deveria ter sido ontem. -

----- Conclui, referindo ser este um tema bastante aconselhável a que a Assembleia Municipal se poça vir a debruçar, sobre a forma de qual será a contribuição de um poder autárquico para ajudar a disseminação deste combate, muito especialmente ao desemprego, que se está a agravar muito no País e que vai ter consequências sociais sérias e para a qual, nós estaremos que estar preparados, muito mais que a construir coisas, cujos efeitos não sabemos exactamente quais são.-----

----- O **Sr. Deputado Municipal Manuel Augusto**, referiu não querer de maneira nenhuma contestar aquilo que a Sr.^a Presidente disse, achar que tem toda a legitimidade e estar correcta na análise que fez.-----

----- Continuou, referindo que apenas levantou a questão à resposta do Sr. Presidente, em que as obras estavam muito programadas e calendarizadas e seriam como estavam programadas. Não levantou a questão que a S.^a Presidente levantou, quanto a dar cumprimento a medidas do Governo, no sentido de diminuir a crise e aumentar o emprego, a criar riqueza.-----

----- No entanto, referiu estar de acordo que as obras se façam, o que não concorda é que elas sejam feitas a um mês de as aulas terminarem, com todas essas mudanças inerentes a todos esses transtornos, às crianças e aos pais.-----

----- Interveio a **Sr.^a Presidente**, para referir que o que tinha dito, foi exactamente que achava que as obras não deviam ser adiadas, já deviam ter sido feitas.-----

----- Interveio de novo o **Sr. Deputado Municipal João Oliveira, Presidente da Junta Freguesia de Coja**, fazendo apenas uma observação à Sr.^a Presidente. Disse então " *eu aceito, admito, não pus em dúvida a competência do Executivo nesse aspecto, mas a nível nacional também temos que admitir que o Governo é*

responsável, havendo no entanto uma forte contestação, umas vezes com razão, outras vezes sem razão, portanto pôr-se aqui a mesma situação, sem contestar a capacidade ou competência, havendo que fazer uma análise, como aliás a Sr.^a Presidente disse e muito bem." -----

-----A **Sr.^a Presidente** pôs em discussão e aprovação a Moção apresentada pela bancada do PSD, sendo aprovada por maioria com quatro votos contra e duas abstenções. -----

-----Não havendo mais intervenções o ponto foi encerrado.-----

ORDEM DO DIA

1-Discussão e Aprovação da acta da sessão ordinária realizada no dia 13 de Dezembro de 2008.

----- A **Sr.^a Deputada Isabel Carvalho**, interveio para referir, que mais uma vez o seu nome não consta na lista dos Deputados presentes, estando no entanto considerada a sua presença mencionada nas suas intervenções. -----

----- O **Sr. Deputado Municipal Eugénio Fróis**, chamou a atenção para uma melhoria, no sentido de por vezes os temas possam ser ditos a mesma ideia de uma forma mais sintética, sendo isso benéfico, porque há por norma uma desmotivação em ler um documento tão grande.

-----A **Sr.^a Presidente**, referiu então que já tinha ficado assente, que quando havia grandes intervenções e algumas delas eram lidas que estariam em apêndice na acta e não propriamente na sua descrição. Não ser esse o caso. No entanto, embora esteja de acordo, haver aqui um ponto um pouco complexo, por haver pessoas que consideram que o que lá está não foi bem dito assim e não gostam de não ver a transcrição feita. -----

----- A acta foi posta à votação sendo aprovada por maioria, com duas abstenções. -----

2 – Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara acerca da Actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos da alínea e) do n.º 1 do art.º 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações. -----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** fez uma breve síntese à documentação que foi distribuída e se encontra anexa a esta acta, do que é a actividade municipal e sobre a evolução da situação financeira do município. -----

----- Foi dada a palavra ao **Sr. Deputado Municipal Nuno Mata**, que se referiu em primeiro lugar à situação industrial, aguardando então na próxima Assembleia por esse estudo. -----

----- Em segundo lugar, referiu sair hoje daqui, profundamente satisfeito, com a medida relativa ao Espólio da Comarca de Arganil, pois pensa ser uma atitude correcta, esperando muito sinceramente que as vicissitudes possam surgir, não inviabilizem esse acordo, pois tem a ganhar a história de Arganil e o próprio concelho. -----

----- Em relação ao relatório de actividades da Câmara, referiu que a criação da hemeroteca e do portal relacionados com a Biblioteca Municipal de Arganil, ser no seu entender, um serviço que muito nos orgulha. Pois é de facto uma ferramenta extremamente importante, sobretudo para quem está longe. -----

----- Terminou, colocando duas questões relativamente à actividade da Câmara, sendo a primeira, em saber qual o ponto de situação relativamente ao projecto da Casa Mortuária de Coja.-----

----- Como segunda questão, saber qual é o ponto de situação relativo à criação do portal municipal, que muito sinceramente já tarda.-----

----- Interveio o **Sr. Deputado Municipal João Oliveira, Presidente da Junta Freguesia de Coja**, colocando duas questões ao executivo, sobre o Relatório de Actividades.-----

-----Em primeiro lugar, gostar de saber, sobre a aplicação de uma pena disciplinar de aposentação compulsiva.

-----Em segundo lugar, referiu falar-se no Espólio da Comarca de Arganil, tendo o Jornal de Arganil também um Espólio, onde inclui uma máquina histórica que hoje não se consegue recuperar, uma máquina que esteve a fazer notas no Banco de Portugal. Referiu ainda, que as dificuldades do Jornal são idênticas às da Comarca.-----

-----Continuou, referindo que anda nesta casa à mais de vinte anos e nessa altura a liberdade em Arganil era um bocado condicionada, podendo-se falar nas sessões de Câmara e na praça pública, mas os jornais não publicavam literalmente nada que fosse contra o poder existente, mesmo a pagar.-----

----- Referiu, que na altura numa entrevista que fez ao Rádio Clube de Arganil, lhe perguntaram se era um homem polémico, por ser crítico, sendo essa sempre a sua função, por estar sempre na oposição, o que o leva sempre a criticar.-----

----- Hoje, como independente, querer elogiar o Sr. Vereador Dr. Luís Paulo, pela forma como na verdade tem conduzido a parte administrativa e financeira, pedindo no entanto, que não deixe resvalar a parte económica.-----

----- Elogiou o Sr. Presidente da Câmara, como Presidente e responsável pelas obras, pela forma de actuar, na medida em que se tem visto uma melhoria, no aspecto que é bastante importante.-----

-----Conclui, referindo algumas obras, feitas em Arganil, no entanto salientou, que embora Arganil seja a sala de visitas do concelho, este critério para Arganil, seja também posto noutras terras, nomeadamente na freguesia de Coja. Referiu então, a obra do Terreiro da Fonte (obra iniciada à três anos e ainda não concluída), a passagem da Ribeira (obra que já vinha projectada à sete anos, a qual começou à três anos e está por concluir), o Prado, os edifícios degradados e o Pólo Industrial de Coja.-----

----- Interveio de novo o **Sr. Deputado Municipal Nuno Mata**, referindo-se à intervenção do Sr. Deputado João Oliveira, salientou, que em próximas Assembleias irá pedir para esta causa, do Espólio do Jornal de Arganil, do qual só soube hoje das suas dificuldades.-----

----- Salientou, que a sua maior preocupação quando fala do Espólio, é o arquivo e o arquivo da Comarca de Arganil, tem a particularidade de ser ininterrupto, desde o dia 01 de Janeiro de 1901, portanto haver uma maior relevância, o que não significa uma maior preferência.-----

----- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara**, referindo a intervenção do Sr. Deputado Nuno Mata, sobre as decisões da Câmara, relativamente ao Espólio da Comarca de Arganil, da hemeroteca e do portal da rede das bibliotecas escolares do concelho de Arganil.-----

----- Referiu ainda, que relativamente ao projecto da Casa Mortuária de Coja, existe um estudo prévio que mereceu a concordância da parte dos responsáveis da Paróquia de Coja, avançando neste momento para a parte do projecto.-----

----- Relativamente ao portal municipal, referiu que na próxima Assembleia ter mais novidades sobre esta matéria, pois durante o mês de Abril estará este portal a funcionar.-----

----- Quanto às questões levantadas pelo Sr. Presidente da Junta de Coja e relativamente ao processo disciplinar, referiu, que a Câmara instruiu o processo e em momento oportuno fez a sua avaliação e tomou a sua decisão, uma decisão unânime, do conhecimento de todos os Vereadores.-----

----- Terminou, agradecendo as palavras de apoio, quer pessoais, quer a todo o executivo, referentes à questão das obras, assim como todo o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido.-----

3 – Conselho Municipal de Segurança. Votação do Regulamento definitivo.-----

----- Por motivos de ser necessário, haver uma tomada de posse prévia, antes de ser feita esta discussão, este ponto foi adiado.-----

----- Sendo doze horas e não havendo mais assuntos a tratar, a **Sr.ª Presidente da Assembleia** deu os trabalhos por terminados desejando o resto de um bom dia, declarando encerrada a sessão, de que para constar se lavrou a presente acta, que eu _____, 1º Secretário redigi, subscrevi e também assino.-----

ANEXOS